

PRISIONEIRAS EXTRAMUROS: UM OLHAR SOBRE A VISITAÇÃO NUMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL MASCULINA

Carla Aparecida Lourdes dos Santos de Azevedo

Mestre em Políticas Sociais/UENF/RJ

carlazevedo1@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo pretende refletir como as mulheres se percebem, enquanto visitantes numa instituição prisional, que as colocam, socialmente, em uma categoria, “parentes de preso”. Inicialmente, o objetivo era uma pesquisa que abrangesse todos os visitantes, mas durante a realização da mesma, o que se apresentou foi a constatação de que a figura masculina, ou era praticamente inexistente, ou aparecia de forma esporádica, ou eram apenas acompanhantes das mulheres que realizavam efetivamente as visitas. Como o foco da pesquisa foi entender o que representava tornar-se um “parente de preso”, e considerar as relações de gênero com seus scripts e expectativas de bom desempenho pelos seus atores sociais, o público alvo desta pesquisa foi mulheres que a partir do momento da prisão de seus familiares ganharam uma nova categoria. A visibilidade trazida por essa pesquisa pode não ser garantia imediata de reflexões por parte das autoridades e da sociedade em geral para gerar mudanças, mas com certeza, mesmo que essa problemática permaneça por longo período, certo é que, muitos olhares que naturalizavam o comportamento discriminatório em relação àquelas visitantes, “parentes de preso”, não mais se sustentarão.

Palavras-chaves: Gênero; Família; Estigma; Instituição Prisional.

ABSTRACT

This paper reflects how women perceive themselves as visitors in a prison institution, the place, socially, in a category, "relatives of jail." Initially, the goal was a survey covering all visitors, but during the course of it, what was presented was the fact that the male figure, or was virtually nonexistent, or appeared sporadically, or only companions were women who performed effectively visits. As the focus of the research was to understand what accounted become a "relative of stuck," and consider gender relations with their scripts and expectations of good performance by their social actors, the target audience of this research was that women from time of the arrest of his family gained a new category. The visibility brought by this research can not guarantee immediate reflections from the authorities and society at large to bring about change, but surely, even if this problem remains for a long period, it is certain that many looks that naturalizavam discriminatory behavior compared to those visitors, "relatives of prison," no longer sustain.

Keywords: Gender, Family, Stigma; Correctional Institution.

1. INTRODUÇÃO

O cenário de um dia de visita aos presos acautelados numa Casa de Custódia, por seus familiares, era sempre permeado de uma expectativa que consistia na possibilidade daquele ser o último dia em que se encontrariam naquela situação. Esse sentimento observado em diferentes ocasiões, foi vivenciado nas quais, quando chegava à instituição prisional para execução de mandados, intimações, citações e, sobretudo, alvarás de soltura, era interpelada por familiares esperançosos que em minhas mãos pudessem ter o Alvará de Soltura do seu parente que se encontrava preso. É importante salientar esta expectativa, pois trata-se de uma instituição prisional, as Casas de Custódia, que abrigam presos que ainda não foram sentenciados e que, mais do que isso, podem ter o direito de obter um alvará de soltura, para aguardarem o andamento do seu processo em liberdade. Para tal, é necessário a assinatura de um Termo de Compromisso que se funda em serem encontrados no endereço constante no processo; de comunicarem ao Juízo, antes da realização da viagem, a necessidade de se ausentarem da Comarca, bem como de apresentarem-se toda vez que for necessário ao bom andamento processual. Muitos são os presos que, de acordo com ditames da Lei, obtêm esse benefício. Este mesmo cenário parecia invisível. Muitas foram as entradas e saídas da Casa de Custódia, manhã ou tarde, dias de chuva ou de sol, sem enxergar o que se apresentava, pois tudo parecia “natural”. Mas essa leitura, um dia não mais se sustentou e deu lugar a um “estranhamento” Laplantine (2007), pois o meu olhar estava cego à complexidade daquele cenário e o contato com o outro, uma mãe de preso, me permitiu ultrapassar a barreira do “habitual, familiar, cotidiano”, características que aprisionam o nosso olhar no “natural”. Esta senhora, mãe de um preso, estava do lado de fora do portão da instituição, como se aguardasse ser atendida. Não era um dia de visita e sozinha naquele lugar ermo, quando me viu, perguntou se eu trabalhava ali. Expliquei-lhe que não, e quando eu disse que estava ali para cumprir um alvará de soltura, ela começou a falar o quanto ela gostaria de estar na situação da mãe do filho que recebeu a liberdade. Mas que ela agradecia a Deus por seu filho ter sido transferido para aquela instituição, cidade onde residia, pois quando ele estava preso fora, grande era a dificuldade, sobretudo financeira, de visitar o filho e conseguir levar alimentos e produtos de higiene pessoal. Antes que eu entrasse para cumprir a minha função e nunca mais a visse, aquela mãe acrescentou que as pessoas não sabiam a dor de ter um filho preso e de ouvir “coisas” por causa dessa nova condição.

Um dia de visita podia ser observado a partir da rua ou estrada de acesso àquela instituição prisional. Com o crescimento do bairro mais próximo em direção à instituição prisional, o que antes era chamada de estrada, passou a ter denominação de rua. Os moradores antigos, inclusive, o guia da cidade também não aboliu a nomenclatura de estrada de Santa Rosa, hoje Rua Vinte e Quatro de Novembro, na cidade de Campos dos Goytacazes. O autor João do Rio (1910), na sua obra “A alma encantadora das ruas”, diz que “a rua tem alma” e ali, percorrendo aquela rua ou estrada podia-se ver as almas que eram abrigadas e, por conseguinte a alma que aquela estrada/rua havia incorporado, pois mesmo quando não observava-se o movimento, uma vez que não era dia de visita, percebia-se que ela era o retrato de uma rua que abriga e ao mesmo tempo andam os alijados. O seu trajeto era a representação do descaso, buracos, sujeira e um deserto, pois mesmo com toda a natureza que lhe era paralela, não parecia haver vidas e sim abandono e medo. Situada num local afastado da cidade, na frente da instituição havia uma imensa área rural cercada de arame farpado, do seu lado esquerdo um complexo da Polícia Militar e do lado direito uma Penitenciária masculina. A dificuldade de

transporte era notória. Nos dias de visita era possível ver mulheres, jovens ou idosas, e crianças caminhando pela estrada em direção à instituição, pois para facilitar a chegada, desciam do ônibus no último ponto do bairro mais próximo e iam caminhando, não importava se em dias de sol ou de chuva. Aquela era uma cena recorrente, mulheres com sacolas, crianças no colo e outras agarradas em suas roupas, senhoras idosas, mulheres de bicicleta e até em carroças dando carona a outras mulheres que pareciam ser suas conhecidas.

Elas chegavam de madrugada quando a visita era na parte da manhã, ou no meio da manhã, quando as visitas eram a tarde, pois as carteiras eram recolhidas por ordem de chegada e, portanto, quanto mais cedo chegassem, mais tempo de visita, uma vez que havia um ritual a ser enfrentado: o detector de metais e as revistas. A revista dos itens permitidos pela instituição (alimentos cru e cozido, vestimentas, produtos de higiene) a serem levados aos presos por seus familiares, e revista dos corpos dos visitantes. Antes dos funcionários da instituição começarem o serviço que lhes possibilitaria a visita do dia, as visitas aguardavam em pé, ou sentadas no meio fio, ou no chão, ou nos bancos de cimento de um varandão construído do lado direito que continha poucos bancos e dois banheiros. Em completa falta de dignidade, a maioria aguardava no tempo idosas, grávidas, e com crianças no colo pois o varandão era pequeno e não dava conta de abrigar a todos. As crianças corriam, brincavam umas com as outras, dormiam no colo de suas mães ou sentadas no chão com as cabeças em cima das sacolas como se estas fossem os seus travesseiros, ou choravam, não sabe se de fome, de sono ou de cansaço. Com a proximidade da hora, o aglomerado de pessoas que se espalhava pela frente da instituição ia aos poucos se ordenando, uma disciplina que nos permitia observar a presença do quase silêncio, bem como de corpos numa postura de subserviência, como, por exemplo, cabisbaixas, quando iam se aproximando do portão, onde sempre ficavam um ou dois funcionários responsáveis pelas carteirinhas de visitante (documento de identificação da visitante na instituição) que mais parecia uma identidade.

Os corpos daquelas pessoas, bem como a forma como deviam se comportar era fruto de um processo de aprendizagem, como já demonstrado por Foucault (1987) quando aborda sobre a domesticação dos corpos pelas instituições, mas ali, percebia-se que esta função fora delegada às mulheres mais antigas, pois eram elas que ensinavam às mais novas, principalmente a obedecer sem questionar. Com os seus conselhos e orientações, onde não cedia espaço para incentivar qualquer reclamação junto aos órgãos competentes da instituição prisional ou insurgências, acabavam por tornar-se um ótimo instrumento para o bom andamento do serviço da instituição, pois praticamente não havia problemas que promovessem a suspensão do ritual para a visita. Muitos foram os descontentamentos e manifestações de revolta ouvidos, mas como tudo se apresentava como “irrelevante”, pois não seria ouvido, as visitas focavam a sua presença naquele lugar para um único fim: ver o seu parente, que encontra-se preso, durante o maior tempo possível.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada com 60 (sessenta) visitantes da Casa de Custódia Dalton Castro em Campos dos Goytacazes /RJ, nos anos de 2008/2009. É importante mencionar que as entrevistas semi-abertas ocorreram fora da instituição prisional, enquanto as mulheres aguardavam o horário para o início da visita. Não utilizamos nenhum objeto tecnológico (p.ex. gravadores) para as entrevistas. O método utilizado foi o diário de campo e, neste, foram anotados desde as percepções sobre o ambiente, como o conteúdo da “conversa” e suas frases

impactantes. No período da pesquisa, estive com estas mulheres por diversas vezes, onde foram entabulados diálogos mais formais e que com o tempo e com um maior grau de intimidade transformaram-se em “conversas”. Nesse sentido, deixei de promover o rigor na condução das perguntas e preocupei-me em compreender o que me era passado.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1- VISITANTE: TORNAR-SE “PARENTE DE PRESO”

O Estado do Rio de Janeiro, através da Resolução da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) nº 142 de 06/11/2006, regulamenta a visita aos internos custodiados nas unidades prisionais, bem como menciona em seu texto a importância da visita “no processo de reinserção social do preso”. No seu artigo 1º, elenca quem serão as pessoas que poderão tornar-se visitantes, a saber: cônjuge ou companheira(o) e filhos; pais, irmãos, avós e netos; madrasta, padrasto, pais de criação ou adotivos e enteados; e amigos, desde que o interno não tenha nenhum visitante. Na consideração constante no texto que antecede aos artigos da Resolução acima citada, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária reconhece a importância da visita, desse familiar que está ali, semanalmente, na instituição prisional, no entanto, conforme será demonstrado, esses mesmos familiares visitantes não percebem, em suas vivências, o respeito, tanto da instituição como do grupo social (nas suas próprias famílias; rua / bairro onde moram; local de trabalho; grupo de amigos) onde estão inseridos, e porque não dizermos da sociedade. Segundo Foucault (2002) o verdadeiro interesse da burguesia não é a pessoa do delinqüente em si, e muito menos a sua reinserção na sociedade, e sim em como ele está sendo controlado, vigiado e punido.

Naquele universo de visitantes havia construções e desconstruções e, por conseguinte, o indivíduo, que ao vivenciar a sua identidade expressando-se naquilo que é mais básico ao ser na sociedade, “eu sou fulano de tal”, naquela experiência enquanto parente de preso via a sua identidade reduzir-se a ser “parente do preso sicrano de tal”. Toda a construção de um eu, era desconstruída por aquela nova condição que surgiu a partir da vivência e escolha do outro, o preso. Esse fenômeno pôde ser observado a partir da fala dos entrevistados sobre o que representou ter se tornado um “parente de preso”, pois mais que ser uma visita numa instituição prisional, elas eram parentes de preso, parentes de alguém que transgrediu a ordem social. Durante o período percebeu-se com o decorrer do tempo, que entre as próprias visitas, bem como na instituição, o que as identificavam, não eram os seus nomes, a sua identidade, e sim o grau de parentesco que tinham com o preso e, mais interessante, muitas sabiam o nome do preso. Então, não era a senhora Maria indo ver seu filho Francisco, ou a senhora Maria indo visitar o seu marido Francisco, mas sim a mãe de Francisco, ou a mulher de Francisco. Por parte da instituição, elas eram chamadas com expressões “é a (o) parente do preso...”. Nos dias de visita, elas formavam uma grande massa cuja denominação era “familiares de preso” e mesmo vivenciando esse processo de invisibilidade, de perda da identidade, onde o indivíduo não é visto pela sociedade pelo que é, pela sua história de vida, elas não se davam conta, ou se davam conta, mas não se importavam, contudo, certo era, que o que as apresentavam era a expressão mãe de, mulher de, tia de ..., etc.

O fenômeno da invisibilidade vivido no momento da visita, mas não explicitado por elas, era desejado de forma que, em seus locais de trabalhos, a sua nova condição desaparecesse. Elas buscavam as mais variadas estratégias para que os seus patrões não descobrissem a

presença do preso na sua família e muito menos que elas eram visitantes desse transgressor. Uma senhora que era empregada doméstica comentou que com medo de perder emprego com a descoberta que o seu marido estava preso por roubo, mas por outro lado sem querer deixar de visitar o marido, conversou com ele que só o visitaria em um dia dos dois dias determinados na semana, nas terças feiras, pois se ela faltasse dois dias, com certeza ela perderia o emprego e quem iria sustentar a casa e, sobretudo, ele, o preso, pois ela era quem levava todo o material permitido pela instituição e necessário para a sua estada naquele local. Com a patroa, ela arrumou a desculpa que precisava visitar um familiar que estava muito ruim no hospital e que não tinha ninguém por ele. A patroa aceitou e ela continuou com o seu emprego, mas com o fantasma de ser descoberta, como se tivesse medo de ter sua nova identidade revelada, tanto que ela criou um temor de que a patroa poderia revistar a sua bolsa e descobrir a carteirinha da Casa de Custódia. Ela nem percebia o absurdo da falta de respeito em aceitar que alguém mexesse em seus pertences, aquilo lhe era perfeitamente normal, mas não lhe era normal alguém saber que ela visitava o marido preso.

O encobrimento, conforme pontua Goffman (1988), passa a ser uma estratégia utilizada pelo estigmatizado para tornar invisível o estigma adquirido, de parente de preso, e naquela situação revelar a condição da prisão de seus maridos, companheiros, filhos era um passaporte para discriminação e conseqüente desemprego e alijamento social. Como narrou uma mãe e também uma esposa se posicionou vivenciando a mesma situação, ela nunca pegou nada de ninguém, pelo contrário, como ela disse sempre o criou dentro da igreja, de acordo com os ensinamentos de Jesus, mas hoje se ela entra na mercearia do bairro, ela se sente vigiada e o crédito no mercadinho que sempre a ajudou e que ela nunca faltou com a responsabilidade de pagar no dia designado, lhe foi cortado. O erro social do filho e do marido daquelas mulheres, como de tantas outras, as estigmatizou também.

Muitas disseram que precisaram deixar o trabalho de empregadas domésticas, com carteira assinada, por exemplo, para trabalharem como diaristas, uma vez que se perceberam tendo que conciliar a “angústia” do preso de ficar sem visita nos dois dias e o desemprego, sendo necessário, como falou uma jovem mulher recém-casada e que o marido tinha sido preso por porte ilegal de arma, de ter que arrumar faxina aos domingos, pois o orçamento ficou prejudicado. O marido / companheiro, ou filho preso representa quase que uma nova família, diante dos gastos que elas se viam, semanalmente, tendo que arcar, como elas comentavam, parecia uma “nova casa”, pois o suporte consistia em levar comida caseira, biscoitos, frutas, refrigerante, sabonetes, sabão, etc. Como salienta Goffman (1988) aqueles que se relacionam com um indivíduo estigmatizado socialmente, “ (...) estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam.”

Dentro da recriminação social manifestada por mães ou esposas/companheiras, podíamos perceber que estas mulheres eram também vítimas de um discurso hierárquico que se materializava tanto na tolerância, como no repúdio às mulheres, de acordo com o seu grau de parentesco com o preso. Inicialmente são recriminadas e estigmatizadas por se encontrarem nesta nova categoria. Se mães, porque não souberam educar da forma que impedisse o filho vir a se tornar um transgressor social; se casada ou companheira, porque não escolheu melhor o companheiro. No entanto, no grupo social em que estão inseridas, pode-se observar que há uma diferença no tratamento social dado a estas mulheres. Com relação às mulheres, mães de presos, o grupo social as recrimina sim, como mencionamos, mas há um respeito ao exercício de cuidar da maternidade. A maternidade tinha uma moral e esta consistia em esperar que essa mãe

agüentasse todas as dores, se resignasse, e não abandonasse o seu filho preso, ou seja, não parasse de continuar visitando-o. Já com relação às mulheres casadas ou companheiras, elas são vítimas duplamente, pois não há a mesma tolerância que há com as mães, uma moral a ser cumprida, pois no seu grupo social elas são condenadas por continuarem com aquele preso e, sobretudo, visitando-o. Estar ao lado do preso, visitá-lo, é lido como uma aceitação por parte delas do erro do preso. A cobrança social às mulheres companheiras e esposas é de que elas rompessem com o transgressor social. Muitas ouviram de sua família que só voltaria a apoiá-las, se elas acabassem o relacionamento com o preso e isso as deixavam fragilizadas, pois o sentimento que lhes restava era de um total abandono.

Com quem conversar? Muitas só tinham umas as outras, pois ouviam e compreendiam do que estavam falando e mais, elas não precisavam se esconder, pois a realidade era igual para todas. A noção de tempo da vida delas estava marcada pelos dias de visita. As visitas aconteciam, semanalmente, as terças e sextas-feiras para todas as celas. O que variava eram os períodos, ser na parte da manhã ou da tarde, e isso era de acordo com a cela, para não tumultuar, o dia de visita parecia um divisor, medo de alguém vê-las indo para a instituição prisional, oportunidade de desabafar com as companheiras, vergonha e humilhação que eram obrigadas a se submeter, semanalmente, com as revistas íntimas, situação que Soares e Ilgenfritz (2002) retratam em sua obra demonstrando ser este um procedimento comum em instituições prisionais a que qualquer visitante, homens e mulheres, têm que se submeter. Ficarem nuas na frente de uma pessoa estranha ou na frente de um filho, como era muito comum acontecer, pois elas levavam suas crianças para as visitas e estas também entravam na sala de revista. Uma senhora idosa que estava ali para visitar o filho disse que sofreu muito no início, pois ela ficava “horrorizada” quando ia se aproximando o dia da visita. A mulher de um preso disse que quando elas estão menstruadas, o absorvente é revistado e como ela não sabia disso, teve que colocá-lo de volta e durante a visita, como o absorvente tinha sido praticamente destruído, ela se viu toda suja. Esta mesma mulher também informou que as fraldas dos bebês são revistadas, “furadas”, e as mães tinham que colocar as fraldas danificadas em seus filhos. Essas revistas íntimas se apresentavam como o maior índice de indignação por parte delas e, segundo elas, a maioria dos familiares não quer se cadastrar como visitante e muitas mulheres (mães e companheiras/esposas) abandonaram o preso, pois não suportaram viver toda esta situação. Conforme salienta Soares e Ilgenfritz (2002) estamos diante de “procedimentos vexatórios, constrangedores e humilhantes, embora de rotina em presídios” (...). Esta rotina precisa ser repensada, pois como estas estudiosas de sistemas prisionais pontuam, “não se trata de um serviço eficiente (...)”.

3.2 OS BENS QUE CIRCULAM E SEUS SIMBOLISMOS

Scott (1994) ao conceituar gênero como “o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”, traz como reflexão que esse “saber” é construído socialmente e necessita ser observado como um fenômeno histórico e político. Como um modo de ordenar o mundo, esse “saber” é inerente à organização social; varia no tempo e de cultura para cultura, determinando como os membros, desta sociedade, atribuirão funções aos seus corpos e como se organizarão socialmente a partir da diferença sexual existente. O olhar a ser desenvolvido neste trabalho, não é um olhar fundado nos ditames biológicos, em que se explica o comportamento feminino a partir de uma “essência” que permita que a sociedade associe o feminino à seres dóceis, passivos, submissos. Ao contrário, a expressão atribuída às mulheres como “seres para o outro” que Bourdieu (1999) nos chama a atenção, é uma reflexão de que na sociedade

contemporânea persiste uma construção por parte das instituições, família, igreja, escola, Estado, que propicia uma compreensão, por parte de seus membros, de que essas relações, homem - mulher, são fundadas em ditames biológicos, que eternizam as estruturas da divisão sexual. Naquele cenário, o cuidado e toda a sua representação, onde vê-se a obrigação moral daquele que tem o dever de cuidar e de como cuidar, é vivenciado por aquelas mulheres que reproduzem naquele espaço, a aprendizagem social a ser correspondida nos seus lares.

O ato de visitar tem uma conotação de cuidar e isso torna-se um compromisso assumido com preso que com o tempo foi se distanciando da ordem do querer e se aproximando do dever. Na instituição prisional, os visitantes podiam entrar com até duas sacolas plásticas tipo de supermercado contendo apenas os objetos descritos no cartaz que ficava afixado na sala de revista dos alimentos, esta sala fica na entrada da instituição antes de passar pelo detector de metais, que era o que representava estar dentro da Casa de Custódia. Esses objetos também deviam ser embalados de acordo com a determinação da Casa de Custódia. Então, por exemplo, as visitas tinham que ter o cuidado de se quisessem levar biscoitos, retirar estes da embalagem original e levá-los num saco plástico transparente, de forma a possibilitar a conferência. Se sabão em pó, por exemplo, o mesmo procedimento. Caso não obedecessem, aquele produto não entrava. As frutas, como banana, cortadinhas, pois já que aconteceu o caso de flagarem uma serrinha dentro da banana. Deviam ser apresentadas o clima era tenso: muita gente numa sala pequena e esperando; poucos funcionários (de dois a quatro) e a quantidade de coisas que saíam daquelas sacolas para serem revistas...

Nos dias de visita, dificilmente percebia-se as visitantes com as mãos vazias. Elas relataram as suas dificuldades financeiras, desemprego ou subemprego, mas, por outro lado, nos dias de visita, elas se esforçavam, mesmo que tivessem que pegar dinheiro emprestado, elas procuravam não chegar sem os alimentos, cigarros ou produtos de higiene. Aqueles que se predispõem a visitar passam a ser um suporte, pois são eles que oportunizam ao preso saber o que está acontecendo na vida extramuro, através dos relatos que levam de toda família e principalmente do andamento do seu processo; além de, proporcionam o bem estar do mesmo na instituição. Em um dos relatos, uma esposa comentou que há presos que por não terem visita, trocam serviços como lavar roupas de outro preso em troca de receber um sabonete, ou cigarro, ou biscoito. Os bens que elas traziam, não eram apenas objetos, tinham um simbolismo próprio, principalmente quando as esposas falavam das comidas que preparavam de madrugada para que fossem a mais fresca possível. Não importava se a visita fosse de manhã, precisando as mesmas acordarem de madrugada, ou a tarde, elas chegavam com suas vasilhas contendo “comida fresca” como gostavam de falar. Os alimentos não vinham acondicionados em marmita térmica, e sim em potes de plástico, ou até em panela mesmo, dais quais elas arrumavam a comida compartimentando-a de forma a permitir a visão dos itens que compunham o almoço do dia e enrolavam os seus potes ou panelas no papel jornal para manter a temperatura quente. Aquele alimento representava a continuidade de um ritual que acontecia em suas casas, almoçar com seus maridos, companheiros, filhos como quando estavam soltos. A instituição prisional era a extensão de suas casas.

Eram mulheres que punham em prática a aprendizagem social que as tornaram mulheres com o dever de cuidar. Nenhuma delas mencionou ou reclamou a ausência da figura paterna, pelo menos para dividir a tarefa que as consumiam. Aquele público era o melhor retrato do ser submisso, subjugado e a revista da comida que traziam e dos outros alimentos compunha o cenário, desenhando a incapacidade daquelas pessoas de manifestar qualquer descontentamento.

Com relação às comidas trazidas, os agentes do SEAP abriam os potes ou panelas, pegavam uma faca que ficava mergulhada na água dentro de um pote feito com garrafa pet, e começava remexer a comida. Eles iam fazendo aquele procedimento, remexer a comida e mergulhar a faca na água, com todos os potes/panelas trazidos e só lembravam de trocar a água onde a faca era mergulhada, quando a água ficava amarelecida e com uma crosta de gordura, mas a troca também não era imediata. Havia um clima, por parte dos agentes do SEAP, de que até esperarem para trocar uma água de um pote, atrasaria o trabalho deles. Aquela cena era de uma falta de higiene de causar náusea, e ao olhar para o rosto daquelas visitantes percebia-se que elas reprovavam o comportamento dos agentes do SEAP, sentiam nojo diante daquela situação que se apresentava, mas ninguém falava nada. Quando chegava a sua vez, respondiam, se perguntadas, algo que os agentes tivessem dúvida, estes, ao término da revista dos alimentos, guardavam os alimentos de volta nas sacolas e iam enfileirando as sacolas revistadas perto do portão de acesso ao pavilhão de visita, para que os visitantes assim que saíssem da revista íntima, pudessem pegar as suas sacolas e finalmente realizar a visita.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de caminhar construindo o texto acima, sei que o trabalho realizado representa uma pedrinha neste grande mosaico do trabalho com instituições prisionais e suas adversidades. Certa vez, no início da minha entrada no campo, após me apresentar, uma mãe me perguntou: “O que esta pesquisa pode fazer pela gente?” e em seguida teceu o comentário que me delineou o universo que estava se apresentando para mim do que somos desconhecedores: “A senhora não sabe, ninguém sabe. Nós somos prisioneiras ao ar livre. É assim que tratam a gente aqui e lá fora como prisioneiras.”

Hoje posso responder a essa mãe, como a tantas outras mulheres que tive oportunidade de conhecer, que tentei ajudar a descortinar uma realidade que estava, como ela mesma leva a entender na sua citação, invisível aos olhos sociais. É importante ressaltar que havia consciência, por parte das visitas, do aprisionamento social a que estavam submetidas, mesmo que não fosse explicitado para a instituição prisional ou para o grupo social a que pertenciam.

5. REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975 – 1976). São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1988.
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo, Brasiliense, 2007.
- RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro/ Paris, H. Garnier, Livreiro – Editor, 1910.
- SCOTT, Joan Wallach. “Prefácio a Gender Politics of History”. Cadernos Pagu, nº 03, 1994.
- SOARES, Bárbara M. e ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.